



Ata da XV Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 03 de março de 2010

1 Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dez, no Auditório do Anexo do
2 Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi
3 realizada a XV Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança
4 Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da
5 República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art.
6 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado
7 pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-
8 se anexa. Pauta do dia: 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XIV Plenária e da
9 Pauta da XV Plenária, Informes gerais; 2. 9h30 - Aprovação da Emenda
10 Constitucional 064/2010 que inclui a alimentação no art. 6º da Constituição
11 Federal - Comemoração, Próximos Passos e Encaminhamentos; 3. 10h -
12 Saudação e Fala do Ministro Patrus Ananias - Ministério do Desenvolvimento
13 Social e Combate à Fome; 4. 10h30 - Avaliação da atuação do CONSEA e de
14 suas instâncias - Apresentação da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs
15 Estaduais e das Comissões Permanentes; Intervalo Almoço - 12:30 as 14:00; 5.
16 14h - Homenagem à D. Zilda Arns; 6. 14h15 - Apresentação do "Projeto Brasil
17 2022" - Ministro Samuel Pinheiro Guimarães - Secretaria de Assuntos Estratégicos
18 da Presidência da República, com a presença do Ministro Guilherme Cassel -
19 Ministério do Desenvolvimento Agrário; 7. 15h45 - Apresentação dos temas
20 estratégicos para a agenda do CONSEA e finalização do planejamento de 2010; 8.
21 17h30 – Encerramento. Composição da 1ª Mesa: Renato Maluf (Presidente do
22 CONSEA Nacional), Patrus Ananias (Ministério do Desenvolvimento Social e
23 Combate à Fome), Carmem Priscila Bocchi (Coordenadora do CONSEA
24 Nacional), Nazareno Fonteles (Deputado Federal PT/PI) e Emília Fernandes
25 (Deputada Federal PT/RS). 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XIV Plenária e
26 da Pauta da XV Plenária, Informes gerais - O Presidente do CONSEA, Renato
27 Maluf, iniciou a Sessão, dando boas-vindas aos presentes. Foi feito um minuto de
28 silêncio em homenagem às mortes ocorridas no Haiti e Chile, em decorrência dos
29 terremotos lá ocorridos, em especial à médica sanitária e ex-Conselheira Zilda
30 Arns. A agenda desta reunião foi aprovada com inversão de pauta, por
31 unanimidade. A ata da XIV também foi aprovada por unanimidade. Foram
32 apresentadas imagens da trajetória da campanha do CONSEA pela aprovação da
33 PEC 047/2003, que inclui a alimentação entre os direitos sociais da Constituição
34 Federal. Renato Maluf salientou que a próxima meta agora é divulgar a informação
35 sobre o direito à alimentação para que a sociedade se aproprie dele e o faça ser
36 cumprido. 1) O Deputado Nazareno Fonteles, Coordenador da Frente Parlamentar



37 de Segurança Alimentar e Nutricional no Congresso Nacional, fez uso da palavra,
38 se manifestando a respeito da PEC 047/2003. Declarou exitosa a parceria entre as
39 diversas instituições da sociedade civil e o Parlamento brasileiro pela aprovação
40 do direito à alimentação fazendo parte dos direitos sociais da Constituição Federal
41 Brasileira. Disse que a gratuidade da alimentação é tão importante quanto à
42 gratuidade da saúde e da educação. Sugeriu ao CONSEA realizar debates
43 objetivando uma Emenda Constitucional sobre um Capítulo específico para o
44 direito à alimentação. “É preciso apostar no aperfeiçoamento a partir de cada
45 conquista”, disse o Deputado. Considerou muito importante o envolvimento de
46 tanta gente durante a campanha, pois assim houve a publicização do direito à
47 alimentação. Concluiu sua fala desejando que a fome, daqui a alguns anos, seja
48 algo erradicado no Brasil e no mundo. 2) A Deputada Federal Emília Fernandes
49 (PT/RS) fez uso da palavra, e segundo ela, a aprovação da PEC é fruto do
50 esforço, dedicação, trabalho e consciência de muitos e dos meios de
51 comunicação, o que considerou um marco para que essa conquista tivesse uma
52 dimensão além da aprovação da legislação escrita no papel, mas que já está no
53 coração das pessoas. Agradeceu a Deus e ao trabalho daqueles que ficaram pelo
54 caminho, assim como a médica Zilda Arns. Disse que foi ganha uma batalha, mas
55 o grande desafio é tornar realidade esse direito para todos, e isso acontecerá no
56 momento em que não houver mais ninguém sem um prato de comida na mesa. É
57 necessário levar os direitos constitucionais para as salas de aula, para que as
58 pessoas não esperem que esses direitos lhes sejam levados, mas sim
59 conquistados e exigidos, segundo a Deputada. Disse aos presentes que a missão
60 de todos é fortalecer o Brasil, que precisa avançar e dizer que a política da
61 exclusão é coisa do passado e que avança porque tem um projeto nacional de
62 amor, respeito e cidadania, que está sendo fortalecido através do Governo atual.
63 Homenageou as mulheres presentes na reunião pelos cem anos do Dia
64 Internacional da Mulher, comemorado no dia 08 de março. Por inversão de pauta,
65 o ponto seguinte a ser tratado foi o 3. 10h - Saudação e Fala do Ministro Patrus
66 Ananias - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: O Ministro
67 Patrus Ananias cumprimentou os presentes. Comentou o trabalho, que considerou
68 notável, dos Deputados Nazareno Fonteles e Emília Fernandes, e de tantos outros
69 envolvidos, para que a Emenda Constitucional fosse aprovada. Disse que há um
70 sentimento no Brasil de que a fome é inaceitável, contudo, deve-se criar o
71 sentimento da constitucionalidade do direito. O Brasil precisa consolidar uma
72 grande rede nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e vincular esse
73 Sistema Nacional de SAN a essa rede maior de proteção e promoção social, de
74 inclusão, justiça social e soberania nacional, que pressupõe a soberania alimentar.
75 O Ministro informou que semana passada acompanhou o Presidente Lula, em
76 viagem ao Haiti, o que considerou uma experiência dramática. De acordo com o



77 Ministro, naquele País mais 80% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e
78 mais de 40%, na miséria absoluta. Com aquele povo foram feitos convênios das
79 Cisternas e do PAA. O Ministro esteve também em El Salvador, juntamente com o
80 Presidente Lula, quando visitaram a sepultura do Arcebispo Dom Oscar Arnulfo
81 Romero. O Governo de El Salvador quer montar um Ministério de
82 Desenvolvimento e Combater à Fome, a exemplo do Brasil, com programas
83 similares aos daqui. Comentou que encontrou o Embaixador do Chile no Brasil,
84 Álvaro Dias Pérez, que estava emocionado com os acontecimentos no seu país.
85 Informou que houve um encontro dos Ministérios da área social da América do Sul
86 e dos Países Árabes para debaterem programas de transferência de renda,
87 segurança alimentar e outros temas. Compartilhou com os presentes que meses
88 atrás o Presidente Lula propôs a consolidação das Leis Sociais. O Ministro
89 informou que desde 2007, já se vem trabalhando, no MDS, a regulamentação
90 jurídica das ações ainda não regulamentadas legalmente, e aperfeiçoamento das
91 leis já existentes. Informou que em pesquisa de mais de ano foi divulgado que
92 93% das crianças das famílias que recebem o Bolsa Família estão tendo as três
93 refeições diárias, além da melhoria na qualidade da alimentação. Assim, no caso
94 do Bolsa Família, o Presidente Lula deixou abertura para aperfeiçoamento da Lei
95 do Programa Bolsa Família. Alguns estudos já foram feitos. Faltando agora o
96 Presidente tomar uma decisão em relação ao caso específico do Bolsa Família. O
97 MDS ficou responsável por encaminhar propostas sobre a Rede SAN, PAA e
98 Cisternas. O encaminhamento é no sentido de mais agilidade nos programas. Não
99 está previsto debate com a sociedade e organismos; é uma proposta de Governo;
100 e alguns especialistas serão consultados, como Renato Maluf e Francisco Antonio
101 da Fonseca Menezes (Chico Meneses). Compartilhou estar vivendo um momento
102 sofrido em sua vida, pois esta poderá ser sua última participação em reunião do
103 CONSEA como Ministro do MDS, pois há a possibilidade de o Ministro se
104 candidatar a Governador de Minas Gerais. Declarou gostar muito do Ministério e
105 querer lutar pela consolidação do mesmo. Concluiu sua fala, enfatizando que
106 todos terão que fazer um pacto pela vida, e todos os recursos têm que ser
107 mobilizados para que as pessoas vivam uma vida plena. Abriu-se um debate
108 sobre as falas já proferidas: 1) Renato Maluf informou que participou de reunião
109 técnica, com o Grupo de Trabalho Interministerial, coordenada pelo Ministro Luis
110 Dulce, onde vários programas de Leis Sociais foram tratados e serão elaborados
111 Projetos de Lei. 2) Elza Maria Franco Braga solicitou ao Ministro Patrus Ananias
112 mais apoio ao Programa das Cisternas. 3) Marília Leão: manifestou decepção por
113 não ter sido aprovada, durante, na gestão do Ministro Patrus, a Política Nacional
114 de SAN. Solicitou apoio do Ministro para reforçar a luta e mobilização dos
115 CONSEAs na aprovação da Política. 4) Antônio Ricardo Costa (Dourado Tapeba)
116 declarou-se emocionado com o discurso do Ministro Patrus, e solicitou dele apoio



117 em favor da luta fundiária indígena. Relatou que foi realizado, no Estado do Ceará,
118 com participação de quilombolas e indígenas, debate sobre a questão das
119 Cisternas de Placas. Ao Deputado Nazareno Fonteles, solicitou apoio para o
120 reconhecimento étnico dos índios Cariri, em Queimada Nova e Tabajaras, em Piri-
121 Piri, no Piauí. Após as falas da Plenária, a palavra retornou ao Ministro Patrus
122 Ananias, agradecendo as manifestações, que considerou afetuosas. Com relação
123 às Cisternas, falou da dificuldade de pessoal do MDS, contudo, anunciou a
124 reestruturação do quadro de servidores. Comentou também da visão cada vez
125 mais estrita dos órgãos fiscalizadores quanto à assinatura de convênios e
126 contratos do Ministério. Informou que a Política e o Plano de SAN serão entregues
127 ao CONSEA em março deste ano. Falou que a questão indígena é um desafio
128 para o Ministério, mas que este continuará trabalhando juntamente com o INCRA -
129 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para resolução dos casos.
130 Renato Maluf agradeceu aos representantes da Mesa pelo esforço na aprovação
131 da PEC. Neste momento, o Secretário do MDS, Crispim Moreira passou a compor
132 a Mesa. Voltando ao ponto de pauta 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XIV
133 Plenária e da Pauta da XV Plenária, *Informes gerais* - 1) Renato Maluf informou
134 que: i) Encontrou-se, semana passada, com o Deputado Nazareno Fonteles para
135 a realização de uma revisão da agenda parlamentar do CONSEA. ii) Também
136 semana passada, encontrou-se, com o Presidente do IPEA - Instituto de Pesquisa
137 Econômica Aplicada, Márcio Pochmann, com o intuito de que o Instituto coordene
138 a elaboração do Relatório de Promoção do Direito Humano à Alimentação, para
139 2010. O IPEA recebeu muito positivamente a proposta, ao que avaliará e dará
140 uma posição a posteriori. A segunda demanda é que o IPEA ajude o CONSEA na
141 construção de indicadores de monitoramento e orçamento do futuro Sistema de
142 Segurança Alimentar. iii) Deu boas-vindas ao novo representante da ActionAid, Sr.
143 Avanildo Duque. Renato Maluf aproveitou o momento para registrar a enorme
144 contribuição que o Sr. Celso Marcatto, ex-representante da ActionAid, deu ao
145 CONSEA. Deu boas-vindas ao Sr. Márcio Pontual, representante da Oxfam
146 Internacional, em substituição à Conselheira Nathalie Beghin. 2) Ana Beatriz
147 Vasconcellos – i) Será realizado o Seminário da Política Nacional de Alimentação
148 e Nutrição, nos dias 08 a 10 de junho de 2010, em Brasília. Das 250 vagas, 6 será
149 do CONSEA e 2 da CAISAN. ii) Foi concluída a primeira publicação dos
150 Indicadores de Vigilância Alimentar e Nutricional do ano de 2006. 3) Marília Leão –
151 Distribuiu uma publicação feita pela ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e
152 Direitos Humanos, com apoio do MDS, do curso à distância sobre o Direito
153 Humano à Alimentação. Passou-se então ao ponto de pauta 2. 9h30 - Aprovação
154 da Emenda Constitucional 064/2010 que inclui a alimentação no art. 6º da
155 Constituição Federal - Comemoração, Próximos Passos e Encaminhamentos: 1)
156 Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta



157 Recine relatou o trabalho da CP4 baseado na proposta de desdobramentos a
158 partir da aprovação da EC 64. Os eixos de ação tratados foram: a)
159 jurídico/legislativo: instrumentos de exigibilidade e atualização da legislação
160 (LOSAN); b) políticas públicas: inclusão da referência na PNSAN, PNAN, demais
161 políticas e nos programas direta e indiretamente relacionados à SAN. Indicação
162 dos instrumentos de exigibilidade nas diferentes políticas e programas; c) difusão
163 da referência do direito na sociedade. Foi definida como estratégia de ação a
164 instalação de um Grupo de Trabalho, com tempo definido de funcionamento, para
165 traçar as principais ações e plano de trabalho nesses três eixos. Foi proposta a
166 seguinte composição para o GT, sob coordenação da CP4: 1 representante de
167 cada CP, ABRANDH, Comissão Especial de Monitoramento de Violações do
168 DHAA/SEDH, CAISAN, Defensoria Pública, FBSSAN, FIAN, Frente Parlamentar
169 de SAN, Humanos Direitos, MPU/GT-DHAA, Relatoria Nacional DHAA, CONIC. A
170 primeira reunião do GT está prevista para março/2010, com a seguinte agenda
171 proposta: i) Aprofundamento da discussão sobre os eixos de ação; ii) Definição de
172 forma de trabalho; iii) Organização de subgrupos para detalhamento dos planos de
173 ação; iv) Identificação de outros parceiros; v) Cronograma. Encaminhamento: A
174 proposta da CP4 foi aprovada por unanimidade, conforme apresentada. Sendo
175 que as Comissões deverão indicar seus representantes, e o CONSEA ficará
176 responsável por fazer o convite às entidades que participarão do GT. Passou-se a
177 tratar o item 4. 10h30 - Avaliação da atuação do CONSEA e de suas instâncias -
178 Apresentação da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais e das
179 Comissões Permanentes: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e
180 Institucionalização do SISAN - Marília Leão informou que o planejamento da CP1,
181 para 2009, foi parcialmente cumprido. Contudo, a Conselheira reconheceu que a
182 Comissão teve conquistas e avanços importantes, a exemplo da aprovação da
183 PEC e discussões que resultaram em Documentos e Exposições de Motivos.
184 Quanto ao papel político da Comissão, e do CONSEA como um todo, a Comissão
185 entendeu que a agenda da Saúde e Nutrição não ocupou o destaque merecido no
186 cenário nacional e no contexto das políticas públicas, no âmbito do CONSEA e do
187 Governo. Informou que a CP fez uma avaliação crítica sobre o formato setorizado
188 e fragmentado das Comissões, e considerou essencial a questão da
189 sustentabilidade, dos avanços do Sistema CONSEA e da Política de SAN. Foi
190 tratada na Comissão a importância de se trabalhar o orçamento e financiamento
191 que incidirá no PPA – Plano Plurianual 2012/2015, que será elaborado em 2011. A
192 CP reconheceu que a Conferência Nacional é um espaço de participação direta da
193 sociedade civil e se conjuga com as diferentes visões da sociedade. Contudo, é
194 preciso refletir novos formatos e metodologias para se ter resultados mais
195 administráveis. A proposta é criar um GT para discutir essa questão. Na reunião
196 da Comissão, houve uma reflexão sobre as políticas essenciais para SAN. A



197 Conselheira apresentou uma agenda de trabalho, com temas que considerou
198 estratégicos e essenciais a serem discutidos pelo CONSEA. Informou também que
199 a CP1 propôs fundir-se à CP3, para fortalecimento dos debates e que a proposta
200 foi aceita pela CP3. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e
201 Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Maria Emília Pacheco
202 apresentou um resumo da avaliação do CONSEA, realizado pela CP2, e também
203 uma proposta de recomendação. Quanto ao papel político do CONSEA, a
204 Comissão considerou incontestado, reconhecendo assim a efetividade na
205 capacidade de o CONSEA trazer temas novos para discussões, e uma presença
206 forte do Conselho, tanto na apresentação de proposições quanto na elaboração de
207 críticas. Vários pontos foram apresentados como positivos tratados pelo CONSEA,
208 a exemplo da EC 064, Programa Nacional de Alimentação Escolar e o processo
209 de mobilização atual na perspectiva de institucionalização do PAA. Contudo, a CP
210 considerou pequena a presença de representantes de Governo nas Plenárias do
211 CONSEA e CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
212 Nutricional. A Comissão reconheceu que não conseguiu retomar algumas
213 discussões, como a Política Nacional de Abastecimento e a falta de respostas às
214 Exposições de Motivos. Ainda na reunião da Comissão, houve a hipótese de esta
215 fundir-se com as CPs 1 e 3. Alertou que a Mesa Diretiva precisa ter um papel mais
216 ativo no monitoramento das respostas do Governo e na provocação de interação
217 entre as Comissões. A Comissão entendeu como problema a ser resolvido a
218 garantia da liberação da presidência do CONSEA. Como conclusão dessa
219 avaliação, a CP2 reforçou a importância de preservar o lugar do CONSEA na
220 Presidência da República. Quanto à avaliação da própria CP2, a Conselheira
221 informou que houve uma valorização na escolha da pauta de trabalho. A
222 Comissão não teve problemas de esvaziamento: os movimentos sociais e
223 Governo estiveram sempre representados nos debates sobre mudanças
224 climáticas. Considerou importante o acompanhamento da Agenda Internacional,
225 apesar de o GT Acompanhamento não ter dado conta da demanda de trabalho.
226 Houve a sugestão para esse GT voltar a ter suas atividades mais autônomas. O
227 papel da relatoria da Comissão foi apreciado de forma positiva. Ao término de sua
228 fala, a Conselheira fez a leitura da Recomendação para que o Governo Brasileiro
229 renove a posição de manutenção da Moratória Internacional à Tecnologia
230 *Terminator* . Encaminhamento: A recomendação foi aprovada por unanimidade
231 pela Plenária. 3) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de
232 Segurança Alimentar Nutricional – Sílvia do Amaral do Rigon informou que a CP3
233 analisou o processo de Governo que, na primeira e segunda gestão tem se
234 comprometido com a Segurança Alimentar. Foi colocada a importância da primeira
235 fase do Governo Lula em relação aos avanços que foram conseguidos no campo
236 do combate à fome e assistência alimentar. Por outro lado, a Conselheira



237 destacou uma preocupação, que segundo a Comissão, no segundo momento de
238 gestão do Governo, o desenvolvimento do País se sobressaiu em relação às
239 políticas sociais. A Conselheira propôs que a Segurança Alimentar seja
240 recolocada como questão prioritária na agenda de Governo. Outra preocupação
241 levantada pela Comissão foi o modelo de desenvolvimento do País. A Conselheira
242 deu destaque a 'duas grandes conquistas de 2009' que, segundo ela, foi a
243 aprovação da Lei da Alimentação Escolar e a aprovação da EC 064. Mencionou
244 preocupação com relação à mudança na Lei de Cultivares e à questão dos
245 transgênicos. Pontos que devem, segundo a Conselheira, serem pautados no
246 CONSEA. A Comissão reconheceu que o CONSEA, em muitos momentos, tem
247 fortalecido os setores de Governo que trabalham com SAN. Ressaltou também
248 que o CONSEA não pode deixar que haja retrocesso nas conquistas alcançadas
249 até o momento. A CP3 sugeriu tratar a proposta da Política Nacional de SAN
250 conjuntamente ao Governo. A Conselheira informou que foi instituído o GT
251 Monitoramento, que conseguiu fazer o monitoramento do PAA e da Lei da
252 Alimentação Escolar. Na reunião da CP3, também foi levantada a preocupação
253 com a interlocução do CONSEA e a Presidência da República, enfatizando que
254 essa interlocução deve ser intensa e contínua, não só através de Exposição de
255 Motivos, mas também através de outros mecanismos. Surgiu a proposta de
256 continuidade dos trabalhos do GT Abastecimento. Outros pontos foram
257 apresentados como importantes a serem tratados pela Comissão e CONSEA. A
258 CP3 aceitou a proposta de juntar-se à CP1. A Conselheira informou que os temas
259 sobre PAA, o Programa das Cisternas e os Equipamentos de Segurança Alimentar
260 foram levados ao GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, no sentido de serem
261 consolidados como marco legal. Em relação ao Programa de Aquisição de
262 Alimentos, a Conselheira informou que foi instituído um Comitê Temático de
263 Controle Social, sendo, inclusive uma sugestão do CONSEA e dos Movimentos
264 Sociais ao MDS, e que foi acatado por este. Ainda: na reunião do Comitê
265 Temático, no dia 24 de fevereiro deste ano, em Brasília, foi discutida a proposta do
266 Marco Legal para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. 4) Comissão
267 Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta Recine
268 começou sua fala informando que a CP4 compartilha das avaliações que foram
269 feitas em relação às conquistas e ganhos obtidos pelo CONSEA, em 2009, e
270 também com a inquietação a respeito do impacto da grande carga de trabalho e
271 produção do CONSEA. A Conselheira propôs ao Conselho dedicar um tempo para
272 buscar respostas para que a pressão em relação aos Documentos que saem do
273 CONSEA possa ficar mais constante e mais forte. A CP4 reconheceu os avanços
274 do Conselho, contudo, mencionou as debilidades na integração dos trabalhos do
275 mesmo. Considerou um avanço a implementação da Mesa Diretiva, mas enfatizou
276 que ainda existe uma certa concentração de responsabilidades políticas em cima



277 da presidência do CONSEA, e que tanto a Mesa Diretiva quanto as CPs precisam
278 exercitar mais seus papéis no sentido de compartilhar de maneira mais enfática as
279 decisões e os caminhos políticos do Conselho. Falou que cabe ao CONSEA
280 discutir internamente qual caminho deve seguir: se compartilhar da decisão do
281 Governo de que a prioridade é focar em alguns programas ou deixar o PL da
282 Política para um segundo momento, e que esse assunto deve ser tratado agora;
283 questionou o que o CONSEA fará com o PL, quando este for devolvido pela
284 CAISAN. A CP4 avaliou que internamente houve um crescimento e um
285 amadurecimento muito importante, não só dos seus integrantes, mas do Conselho
286 como um todo em relação à pauta dos Direitos Humanos, contudo, ressentiu-se da
287 falta da presença mais constante de alguns representantes. Informou que os
288 coordenadores da CP4 continuam os mesmos. E ainda que uma decisão
289 estratégica da CP é manter e aprofundar parcerias com os CONSEAs Estaduais
290 no sentido de se ter Comissões Permanentes em todos os Conselhos Estaduais.
291 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e
292 Comunidades Tradicionais e Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e
293 Nutricional dos Povos Indígenas - Valéria Paye informou que as últimas
294 discussões das CPs têm sido feitas em conjunto, o que poderá continuar
295 acontecendo, segundo acredita a Conselheira. Foi destacada na reunião das
296 Comissões a importância do CONSEA e, principalmente, na aprovação da PEC.
297 Contudo, falou da dificuldade de se fazer uma ação articulada do CONSEA
298 Nacional com os CONSEAs Estaduais. E ainda, que alguns CONSEAs Estaduais
299 se destacaram na aprovação da PEC, enquanto outros não. As Comissões se
300 ressentiram da falta da participação dos Ministérios nas Plenárias do CONSEA,
301 destacando o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Outra
302 questão abordada foi a importância de se definir temas de interesse comum do
303 CONSEA. As CPs também destacaram a dificuldade da participação dos
304 Conselheiros nas reuniões e qualificação das informações. Foi observado também
305 que nesses dois anos, as CPs 5 e 6 trabalharam bastante e discutiram dois
306 documentos, no entanto, na consolidação desses houve ausência de
307 Conselheiros. Em reuniões da Mesa Diretiva, a Conselheira salientou a falta de
308 documentos que abordam temas afetos às duas CPs. A Conselheira levantou a
309 importância de se fazer um levantamento nos CONSEAs Estaduais da
310 participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais e observou que os
311 documentos das Comissões não estão chegando às instâncias que precisam
312 chegar. Comentou a importância da Mesa Diretiva, e que esta precisa continuar.
313 Outra questão tratada foi a de que no processo de institucionalização das ações
314 do SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a pasta que
315 tratava das questões dos povos indígenas e comunidades tradicionais sumiu. A
316 CP5 fará sua apresentação sobre a Avaliação na próxima reunião. A Conselheira



317 Valéria Paye continuará na coordenação da CP6. Intervalo Almoço - 12:30 as
318 14:00. Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf, Carmem Priscila Bocchi, Marco
319 Aurélio Loureiro (Diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e
320 Nutricional - SESAN do MDS), Ministro Samuel Pinheiro Guimarães (Secretaria de
321 Assuntos Estratégicos da Presidência da República) e Ministro Guilherme Cassel
322 (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Dando continuidade aos trabalhos, a
323 pauta da tarde teve início com o item 6. 14h15 - Apresentação do “Projeto Brasil
324 2022” - Ministro Samuel Pinheiro Guimarães - Secretaria de Assuntos Estratégicos
325 da Presidência da República, com a presença do Ministro Guilherme Cassel -
326 Ministério do Desenvolvimento Agrário: O Ministro Samuel Pinheiro Guimarães
327 apresentou o “Projeto Brasil 2022”, encomendando pelo Presidente Lula à
328 Secretaria de Assuntos Estratégicos. A partir de planos já existentes nos diversos
329 setores, a Secretaria montou grupos de trabalho, um por Ministério. Esses GTs
330 estabeleceriam metas estratégicas para cada Ministério e identificariam quais
331 ações atingiriam aquelas metas até 2022. Depois de muitas reuniões dos Grupos,
332 chegou-se à oitava versão de cada documento, que agora serão analisados pelos
333 seus respectivos Ministros. A partir da aprovação desses documentos pelos seus
334 Ministros, eles serão circulados entre os outros Ministros e Assessores mais
335 próximos do Presidente para que comentem, sugiram e avaliem politicamente o
336 documento. A partir dessas observações, novo documento será elaborado e só
337 então se começaria o debate com a sociedade civil e outros órgãos da estrutura
338 pública e outras entidades. O Plano tratará das perspectivas do Brasil para
339 Mundo, América do Sul, Brasil, Regiões Brasileiras, Poder Legislativo, Poder
340 Judiciário e Poder Executivo. O direito à alimentação será um aspecto central do
341 que se pretende o Brasil seja em 2022. Solicitou que os Conselheiros do CONSEA
342 examinem e sugiram metas e ações no campo da Segurança Alimentar, que serão
343 incorporadas ao Documento. Continuou com uma explanação mais detalhada
344 sobre os desafios de elaborar esse Plano. Seguiram-se então menções e
345 questões feitas pela Plenária a respeito da apresentação do Ministro, momento em
346 que Renato Maluf falou que o CONSEA pretende ver o tema da alimentação
347 explanado nesse documento. O Ministro respondeu os questionamentos. Na
348 sequência, o Ministro Guilherme Cassel se pronunciou a cerca do Calendário 2010
349 e Plano Safra. Fez um breve histórico do Plano, em 2009, considerando que foi
350 um ano atípico para todos por conta da crise econômica internacional, mas que,
351 também, foi um ano interessante por ter sido realizado o Censo Agropecuário, por
352 ter sido o primeiro ano do Programa Terra Legal (programa de caráter civilizatório,
353 e que vai beneficiar a população rural, tradicional e posseiros), por ter sido o
354 segundo ano do Território da Cidadania (programa estruturante muito importante,
355 trabalhando com 120 territórios e orçamento de 25 bilhões de reais) e por ter sido
356 o ano em que se aprovou a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (que



357 modifica toda a relação entre Governo e Sociedade Civil, dando mais agilidade
358 nas contratações de serviços de assistência técnica e extensão rural). Desses, foi
359 considerado pelo Ministro como o mais importante o Censo Agropecuário, pois
360 mostra a relevância econômica para o País do rural brasileiro, mostrando que a
361 agricultura familiar representa 84% de todos os estabelecimentos do meio rural
362 brasileiro, ocupando apenas 24% da área agricultável e responsáveis por 38% do
363 valor bruto da produção, e em termos de receita por hectare, a agricultura familiar
364 tem 89% mais produtividade do que a agricultura de escala, com a mão-de-obra
365 de 12 milhões de pessoas. Para o Ministro, 2010 será um ano também especial,
366 será um ano eleitoral e terá uma execução orçamentária mais apertada.
367 Considerou muito importante o trabalho que o Ministro Samuel Pinheiro
368 Guimarães está encaminhando, de pensar o Brasil 2022, projeto em que o MDA
369 também está envolvido. Solicitou outra oportunidade ao CONSEA para discutir
370 melhor o Plano Safra 2010/2011, que deverá ser lançado em junho deste ano,
371 durante a Feira da Agricultura Familiar, a ser realizada em Brasília. O Ministro
372 anunciou outros eventos dos movimentos sociais e outros instrumentos que estão
373 sendo pensados para o caso de necessidades e eventuais catástrofes, que fazem
374 parte do Plano de Safra. Citou uma lista de programas que fazem parte da
375 Consolidação das Leis Sociais. O Ministro mencionou três agendas, que são
376 preocupações de todos os países, segundo ele: Agenda Ambiental, Agenda da
377 Segurança Alimentar e Agenda da Construção da Matriz Energética. Aproveitou
378 sua fala para responder algumas questões feitas pela Plenária no momento da
379 fala do Ministro Samuel Pinheiro, como o questionamento feito quanto ao acesso a
380 terra e limites de propriedade, informando que o INCRA - Instituto Nacional de
381 Colonização e Reforma Agrária passou de um orçamento de 1,5 bilhões para um
382 orçamento de 4,6 bilhões de reais, e que 59% de tudo que se assentou em
383 reforma agrária foi feito nos últimos oito anos. Contudo, a reforma agrária perdeu
384 legitimidade social por conta de uma idéia errônea de que ela seria inevitável para
385 o desenvolvimento, como se os movimentos sociais fossem portadores de uma
386 verdade universal e inexorável sem a qual a história não conseguiria andar, o que
387 o Ministro considera não ser verdade, mas sim que é possível um país crescer e
388 se desenvolver sem reforma agrária, talvez não no padrão de desenvolvimento e
389 crescimento desejado. Segundo o Ministro, a reforma agrária, no Brasil, voltará a
390 ter legitimidade social a partir de exemplos de produção. Encaminhamento:
391 Renato Maluf informou que o debate do Plano Safra já está agendado com o
392 Ministro Guilherme Cassel. Seguiram-se algumas manifestações da Plenária, que
393 foram respondidas pelo Ministro. Este sugeriu uma representação do CONSEA
394 para acompanhar o Plano Safra, no MDA. Na sequência, passou-se ao item 5. 14h
395 - Homenagem à D. Zilda Arns, uma das vítimas do terremoto que atingiu o Haiti,
396 em janeiro deste ano. Ela fez parte do CONSEA de 2003 a 2007. O Senador



397 Flávio Arns, sobrinho da homenageada, passou a compor a Mesa como convidado
398 especial. Foi um momento de muita emoção para os Conselheiros e
399 representantes da Pastoral da Criança, que estiveram presentes na Plenária. Um
400 vídeo com fotos contando um pouco da trajetória da médica foi apresentado. Na
401 sequência, a Conselheira Aldenora Pereira da Silva, que por longo tempo foi
402 suplente de D. Zilda, e trabalhou com ela por 17 anos, na Pastoral da Criança, se
403 pronunciou, cumprimentando o Senador Flávio Arns e os voluntários da Pastoral
404 da Criança da Paróquia Nossa Senhora da Paz e Senhor Bom Jesus, do Núcleo
405 de Ceilândia-DF. Agradeceu os sentimentos de pesar recebido de muitas pessoas.
406 Seguiu, emocionada, fazendo a leitura de um belo texto em homenagem à ex-
407 Conselheira. O Senador Flávio Arns se pronunciou fazendo um relato da vida e
408 atividades de médica. "Nada de esmorecer ou desaminar. Que o pessoal da
409 Pastoral continue firme e animado e que a caminhada dela (D. Zilda) possa ser
410 valorizada pelo trabalho que todos fizeram no Brasil", foram as palavras de apoio e
411 estímulo do Senador, que terminou sua fala agradecendo, em nome da família
412 Arns, a homenagem CONSEA. Foi entregue ao Senador algumas lembranças do
413 Conselho. Dando continuidade à pauta, passou-se ao término do item 4. 10h30 -
414 Avaliação da atuação do CONSEA e de suas instâncias - Apresentação da
415 Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais e das Comissões
416 Permanentes: 5) Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais – Iramar
417 Cardoso da Silva informou que em relação à atuação do CONSEA, a Comissão
418 entendeu extremamente positiva, tendo em vista uma série de ações que o
419 Conselho construiu ao longo de 2009, como o fortalecimento das Comissões de
420 Direito Humano e Alimentação Adequada e a realização de eventos para a
421 construção coletiva da proposta da Política Nacional de SAN, e outros temas
422 importantes tratados pelo Conselho. A Comissão considerou importante a
423 presença do presidente do CONSEA, Renato Maluf, nas reuniões das CPs,
424 principalmente nas da Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais; também
425 o fortalecimento das CPs por ação da Mesa Diretiva; e a regulamentação das CPs
426 para o fortalecimento institucional das mesmas. A Comissão reconheceu e
427 agradeceu o trabalho realizado pela Secretaria Executiva do CONSEA Nacional.
428 Quanto aos aspectos políticos, a avaliação dos trabalhos da Comissão foi
429 considerada positiva, tendo em vista o fortalecimento e entrosamento nas ações e
430 atividades desenvolvidas pelo CONSEA Nacional, como a atuação nos eventos
431 pela construção coletiva, aprovação da PEC e outros temas de relevância.
432 Também considerado um papel importante da Comissão foi a realização de
433 encontros regionais. O Conselheiro citou vários pontos considerados importantes
434 na atuação da Comissão. Contudo, a ausência de regulamentação pode ter sido
435 um limitante no papel que a Comissão. A Comissão teve também dificuldade para
436 garantir a presença dos presidentes dos CONSEAs Estaduais por que as



437 despesas dos presidentes são de responsabilidade dos Estados. A Comissão
438 poderia ter sido mais propositiva, o que não aconteceu em 2009. Pois ela sendo
439 mais propositiva, conseguirá extrair mais elementos para fortalecer os Sistemas
440 Estaduais e consolidar de fato o SISAN - Sistema Nacional de Segurança
441 Alimentar e Nutricional e a LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e
442 Nutricional, nos Estados. Terminou sua fala parabenizando Renato Maluf pela
443 condução do CONSEA, em 2009. Renato Maluf fez um resumo das contribuições
444 das Comissões: 1) Foi recorrente a proposição de que o CONSEA deveria
445 construir a sua agenda mais no entorno de temas estratégicos e integradores; 2)
446 Priorizar a Política Nacional de SAN, que teve um natural destaque na agenda do
447 CONSEA, em 2009; 3) Capacidade de acompanhar e divulgar produtos que saem
448 do CONSEA, como Exposição de Motivos e outros Documentos; 4) Preocupação
449 com a sustentabilidade dos avanços já conseguidos; 5) Quanto ao Conselho
450 propriamente dito: i) Dinâmica de funcionamento do Conselho (Grupos de
451 Trabalho, Comissões Permanentes e Plenárias) e ii) Estrutura do Conselho (CPs 1
452 e 3, CP2, CP4 e CPs 5 e 6); 6) Funcionamento da Comissão dos CONSEAs
453 Estaduais. Seguiu-se uma análise da Plenária a respeito da apresentação das
454 Comissões. Sugestões de Encaminhamento: 1) Chico Meneses – Sugeriu março
455 de 2010 para a realização da IV Conferência. Para tanto, será criado um Grupo de
456 Trabalho para reformular as metodologias da Conferência. 2) Irio Luiz Conti –
457 Sugeriu que a Mesa Diretiva monitore com mais profundidade e pressão, junto aos
458 órgãos públicos, o conjunto de ações e Documentos elaborados pelo CONSEA,
459 sendo criado um novo GT, composto pelas Comissões, Secretaria Executiva e
460 Mesa Diretiva, para tratar o caso. Ao que Renato Maluf salientou a não
461 necessidade um GT, mas sim um esforço maior por parte da Mesa Diretiva. 3
462 Luciene Burlandy Campos de Alcântara – Sugeriu que os temas tratados em 2010
463 sejam co-relacionados com a dimensão de consumo, produção e comercialização.
464 Essa proposta foi respaldada pela fala de outros Conselheiros. Encaminhamentos
465 aprovados: i) Socializar os temas tratados nas Comissões; ii) Mesa Diretiva
466 discutir assuntos de difícil trato na Plenária, por conta de tempo; iii) Os relatos das
467 Comissões serão organizados pela Mesa Diretiva, transformando-os em questões
468 a serem socializadas para uma reflexão mais ampla, e, na medida do possível,
469 serem introduzidos na pauta dos trabalhos; iv) As Comissões, em seu novo
470 formato, receberão informações para continuar refletindo sobre as avaliações
471 apresentadas hoje, se organizando e propondo eventos; v) Instituição de um GT
472 para organizar as metodologias da próxima Conferência. A Conselheira Regina
473 Miranda sugeriu a participação de representante da Comissão de CONSEAs
474 Estaduais para compor o GT que avaliará a próxima Conferência. A Conselheira
475 Sílvia do Amaral do Rigon sugeriu que a CAISAN envie ao CONSEA a proposta
476 de encaminhamentos em relação ao Projeto de Lei da Política de SAN. Ao que foi



477 respondido que é perfeitamente viável encaminhar o Plano antes da próxima
478 reunião da Mesa Diretiva, que deverá ser no dia 24 de março deste ano. Tratou-se
479 em seguida do item 7. 15h45 - Apresentação dos temas estratégicos para a
480 agenda do CONSEA e finalização do planejamento de 2010: Contando com esta,
481 serão realizadas seis Plenárias, nas seguintes datas: 01 e 03 de março, 27 e 28
482 de abril, 30 de junho e 01 de julho, 24 e 25 de agosto, 05 e 06 de outubro e 23 e
483 24 de novembro de 2010. Conclusões finais: i) Na Plenária de abril serão tratados
484 Plano Safra e Política Nacional de Alimentação e Nutrição; ii) A Mesa Diretiva se
485 apropriará das avaliações feitas pelas Comissões, extraíndo conclusões e
486 implicações; iii) Fusão das CPs e 1 e 3; iv) Criação do GT Preparação IV
487 Conferência, GT Biodiversidade, GT Desdobramentos da PEC, GT
488 Acompanhamento do PAA; reativação do GT Internacional e GT Abastecimento;
489 continuidade do GT Indicadores de Monitoramento e os GTs da CP4, de
490 acompanhamento da Política; iv) As sugestões dos temas de Plenárias serão
491 avaliados pela Mesa Diretiva. Renato Maluf informou que o CONSEA fará um
492 documento visando o debate eleitoral. 8. 17h30 – Encerramento: O Presidente do
493 CONSEA encerrou os trabalhos do dia, agradecendo a presença de todos.

494
495
496
497
498
499
500
501
502

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



503 **LISTA DE PRESENÇA DA XV Reunião Plenária do Conselho Nacional de**
504 **Segurança Alimentar e Nutricional**
505 **03 de março de 2010**

506
507

SOCIEDADE CIVIL

- 509 Aldenora Pereira da Silva
510 Altemir Tortelli
511 Ana Lúcia Pereira
512 Antoninho Rovaris
513 Antônio Ricardo Domingos da Costa
514 Carlos Eduardo de Souza Leite
515 Daniela Sancehes Frozi
516 Elza Maria Franco Braga
517 Francisco Antonio da Fonseca Menezes
518 Gleyse Maria Couto Peiter
519 Irio Luiz Conti
520 Ivo da Silva
521 José Ribamar Araújo e Silva
522 Kátia Regina de Abreu
523 Luciene Burlandy Campos de Alcântara
524 Malaquias Batista Filho
525 Maria das Graças Apolinário
526 Maria Emília Pacheco
527 Marília Mendonça Leão
528 Naidison de Quintella Baptista
529 Pedro Makumbundu Kitoko
530 Regina da Silva Miranda
531 Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
532 Renato Sérgio Jamil Maluf
533 Sandra Maria Chaves dos Santos
534 Sílvia do Amaral do Rigon
535 Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
536 Suzana Costa Coutinho

537

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

- 539 Carla Bencke
540 Christiane Gasparini Araújo Costa
541 Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
542 Edélcio Vigna
543 Elisabetta Recine
544 Jasseir Alves Fernandes
545 João Aparecido da Cruz
546 Cláudia Márcia Ramos Roseno
547 Massau José Cavalcante



-
- 548 Milton Rondó Filho
549 Helena Selma Azevedo
550
551 REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL
552 Ministro Patrus Ananias – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
553 Fome
554 Deputada Federal Emília Fernandes –PT/RS
555 Ministro Samuel Pinheiro Guimarães – Secretaria de Assuntos Estratégicos da
556 Presidência da República
557 Deputado Federal José Nazareno Fonteles – PT/PI
558 Mauro Del Grossi
559
560 REPRESENTANTES DO MINISTROS
561 Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos - Ministério da Saúde
562 Albaneide Peixinho – FNDE/PNAE
563 Joe Carlo Viana Valle – Ministério da Ciência e Tecnologia
564 Arnaldo Anacleto de Campos – Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF
565 Cilair Rodrigues de Abreu – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
566 Antônio Roberto Lambertucci – Secretaria Geral da Presidência da República
567
568 OBSERVADORES
569 Avanildo Duque – Action Aid Brasil
570 Selvino Heck - Assessoria Especial da PR
571 Arineide Guerra – Fundo das Nações Unidas para a Infância- Unicef
572 Luciana Cury
573 Nathallie Beghin – Oxfam Internacional
574 Célia Varela Bezerra – FIAN Brasil
575 Sílvio Porto – CONAB
576 Marco Aurélio Loureiro – MDS
577 Lúcio Pereira Mello
578
579 CONVIDADOS
580 Ana Luiza Oliveira
581 Maria de Nazaré Carneiro da Silva
582 Carmem Lenir
583 Arineide Guerra Pereira (Unicef)
584 Andréia Filgueiras
585 Isabel Almeida de Oliveira
586 Flávio Brandão
587 Rozaneia Augusto da Silva
588 Vânia Lúcia Ferreira Leite
589 Dionara Borges Andreani Barbosa
590 Gerson Athayde
591 Solange de Freitas Castro
592 Géssica Macedo
-



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



-
- 593 Adriana Machado
594 Conceição Maria Lopes Freitas
595 Francisca Ricardo de Sousa Campos
596 Gracineia Lima Pereira
597 Maria Rosa Soares e Silva
598 Elaine Martins Pasquim
599 João Augusto
600 Kathleen Sousa Oliveira
601 Luana Lazzarini Arantes
602 Iramar Cardoso da Silva
603 Dirceu Klitzke
604 Odonilda Leite
605 Marcelo Botton Piccin
606 Mariana Santarelli
607 Michele Lessa de Oliveira
608 Leticia Rolim Abadia
609 Julio César
610 Adriana Guimarães
611 Ana Cláudia Nascimento
612 (...) Alves
613 Neila Batista
614 Mônica Cristina A. J. de Souza
615 Sandra Cordeiro da Silva
616 Rosimere Maria Laura Teles
617 Silvio Porto
618 Maria do Socorro Teixeira Lima
619 Roberta Caldo
620 Benício Marques da Silva Filho
621 Zacarias Anselmo da Silva
622 Valéria Pereira
623 Rocilda Santos Moreira
624 Stone Bruno Coelho Barbosa
625 Elisson Nunes
626 Juarez Alves Martins